

**EDUCAÇÃO INDÍGENA KAINGANG: COMO
ENSINAR GEOGRAFIA NA RESERVA DO
LIGEIRO – CHARRUA – RS**

***Indigenous Education Kaingang: How Teaching
Geography in the Reserve of Ligeiro-Charrua-RS***

Tiara Rubia Enge¹
Luciane Gressana²
Carlos Antônio da Silva³

RESUMO: Este trabalho busca resgatar a cultura Kaingang nos aspectos da compreensão e vivência do espaço indígena de acordo com a tradição cultural dos Kaingangs e confrontar essa compreensão do espaço com os ensinamentos geográficos ministrados pelos professores de Geografia na reserva indígena do Ligerio, Charrua - RS. Essa pesquisa, de cunho introdutório, visa destacar a importância de valorizar o contexto indígena no processo ensino-aprendizagem de Geografia. Compreendendo o ensino de Geografia não apenas como uma disciplina do ensino formal, mas como a construção de um conhecimento mediador entre aluno e professor e suas diferentes histórias de vida, vivências e culturas. Destacando a valorização da

¹ Pós-graduanda em Geografia URI Campus de Erechim

² Prof^a do Curso de Pós-graduação em Geografia– Disciplina: Expressões Culturais da Territorialidade URI Campus de Erechim

³ Prof. do Curso de Pós-graduação em Geografia – Disciplina: Laboratório de Pesquisa -URI Campus de Erechim

relação entre aluno e professor como uma mediação de construção da compreensão de diferentes realidades, às vezes contrastantes, mas que incentivam a troca de informações e o estímulo ao intercâmbio cultural.

PALAVRAS-CHAVE: geografia, educação, indígena

ASBTRACT: This study searches to recue the Kaingang culture in the aspects of understanding and existence of the indigenous space in agreement with the cultural tradition of Kaingangs and to confront that understanding of the space with the geographical contents taught by the teachers of Geography in the indigenous reservation of Ligeiro, Charrua – RS. This Research, of introductory stamp, seeks to highlight the importance of valuing the indigenous context in the process of teaching-learning of Geography. Understanding the teaching of Geography not only as a discipline of the formal teaching but the construction of a knowledge among student and teacher and their different life histories, existences and cultures. Highlighting the value of the relationship between student and teacher mediation of a construction of the understanding of differents realities, sometimes contrasting, but that motivate the sharing of information and the incentive to the cultural exchange.

KEY-WORDS: geography, education, indigenous

INTRODUÇÃO

Para entender essa problemática e indicar caminhos possíveis para serem percorridos pelos professores de Geografia frente essas questões, esse trabalho buscou desenvolver uma pesquisa introdutória cujo maior objetivo foi verificar como a disciplina de Geografia é ensinada no meio indígena kaingang (reserva do Ligeiro). Além de engendrar meios de valorizar, no processo ensino-aprendizagem, a cultura indígena provavelmente lembrada, porém não mais vivenciada pelos alunos kaingangs em formação.

No decorrer da pesquisa destacam-se os elementos que contribuem na dinâmica troca cultural e de informações entre os professores e alunos, ou seja, como conhecer melhor a situação do índio através de

um resgate histórico de sua cultura e de suas crenças e a compreensão do que acontece culturalmente com os índios kaingangs hoje na reserva de Ligeiro. Deve-se levar em conta que desde o início dos aldeamentos a cultura kaingang foi ignorada primeiro pelos colonizadores, depois pelos próprios índios.

As mudanças existentes no mundo contemporâneo exigem que a educação se dê, cada vez mais, em tempo integral e nos mais diferentes espaços. Para desenvolver tais abordagens esse trabalho partiu da pesquisa bibliográfica, mas devido à escassez das fontes escritas específicas sobre o tema optou-se por buscar informações junto à comunidade indígena da reserva de Ligeiro. Desse modo, a pesquisa bibliográfica foi complementada por entrevistas e depoimentos prestados pelos alunos da turma do primeiro ano do Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Médio Inglês de Souza, localizada no município de Charrua-RS.

Ou seja, esse trabalho foi dividido em duas partes: a primeira introdutória e teórica e que corresponde à primeira etapa do desenvolvimento; e, outra, mais específica ao problema em questão e que corresponde à segunda etapa do desenvolvimento.

Primeiramente, de forma abrangente, são observados tópicos introdutórios sobre a situação do índio e sua cultura na Região do Alto Uruguai. Na segunda parte do trabalho, são apresentados, depoimentos dados por kaingangs da reserva de Ligeiro, a visão desses sobre o espaço racionalizado e compreendido pelo professor de Geografia.

A terceira parte apresenta as notas que correspondem às primeiras impressões conclusivas da pesquisa. Descobrir-se-á então se os alunos ainda cultivam as vivências e a compreensão de espaço tradicional da cultura kaingang e se o professor de Geografia pode estimular uma melhor construção do conhecimento espacial partido de sua cultura e da antiga cultura kaingang.

Para finalizar esclarece-se que o uso constante dos termos “cultura”, “memória” e “índio” são usados de acordo com o embasamento teórico sobre o qual se desenvolveu esse trabalho. Observa-se que de acordo com Levi-Strauss (s/d, p.20) o termo “cultura” é

entendido como inerente a toda a sociedade humana sendo que cada uma desenvolve relações culturais estruturadas ao longo da história e que atendem em formas e modos diferentes tais como as línguas, crenças e costumes, respondendo às necessidades e arbitrariedades ocasionais. Cultura seria também um modo de inserir o homem na natureza, um sistema artificial desenvolvido para que o grupo sobreviva unido e em relações recíprocas e com a natureza. Webber (1974, p. 9) lembra que para Geertz a cultura corresponderia “a uma teia de relações que permeiam todos os membros sociais e suas instituições”.

O termo “memória” é compreendido aqui segundo Catroga (1999, p. 13) para quem a memória é uma forma de consciência histórica que organiza o que devemos lembrar e o que esqueceremos. Para esse autor memorizar é interiorizar e «está vinculado a gênese de identidades e de filiações que dão sentido diacrônico à autobiografia do indivíduo, processos que tornam a memória e o indivíduo inseparável dos quadros sociais que as socializam. Ou seja, memória é um “aprendizado social”. Lembra também o papel de construção da memória, pois essa não é o passado, mas uma organização constata das lembranças e da ordem do passado. A memória não é espelho da realidade-passado, mas uma leitura atual e uma constante releitura do que escolhemos classificar como passado. Para Ricoeur (RICOEUR apud. CATROGA, 1999, p.14) a diferença entre memória e imaginação existe por que ambas convocam um objeto ausente, mas para a imaginação esse objeto pode ser ficcional, para a memória ele já existiu no passado embora já não exista mais, assim a memória tem uma dimensão *veritativa*.

O termo “índio” é usado nesse trabalho no sentido de referência aos descendentes dos habitantes que ocupavam o Continente Americano antes da chegada do europeu. Corresponde a um termo corriqueiro e que muitos historiadores não concordam com sua dimensão pejorativa ou restritiva, no entanto, aqui será empregado por ser de uso coloquial. Não faz parte dos objetivos discutir os títulos empregados pelos europeus para designar os habitantes do Continente Americano antes da chegada dos Europeus. Deixar-se-á essa questão para ser posteriormente abordada.

MATERIAIS E MÉTODOS

A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes da Educação Nacional, no art.78, determina que caberá ao Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e da assistência aos índios, desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe, isto é, se faz necessário nas escolas indígenas a língua materna paralelo ao ensino da língua portuguesa, pois então, é necessário que outras disciplinas também fossem ensinadas de forma diferente da convencional. Além do que prevê: I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências.

É sob esta visão que se orienta a revisão bibliográfica desta pesquisa, feita mediante leitura sistemática, com fichamento de diferentes obras, ressaltando os pontos abordados pelos autores pertinentes ao assunto em questão.

A pesquisa de campo foi realizada *in loco* na reserva indígena com alunos do ensino médio, durante os meses de março a junho de 2004, e como instrumento de coleta de dados utilizou-se a conversação direta a fim de atender aos seguintes objetivos: conhecer como a disciplina de Geografia é ensinada no contexto indígena Kaingang; compreender a cultura indígena Kaingang (usos, costumes e tradições); valorizar o contexto indígena Kaingang no processo ensino-aprendizagem de Geografia; confrontar o que preconiza a LDB em relação às aspirações do educando indígena Kaingang; proporcionar ao indígena Kaingang o resgate de sua memória histórica com a reafirmação de sua identidade étnica e a valorização de sua língua e ciências. (saber indígena).

OS KAINGANGS E A EDUCAÇÃO

Pode-se afirmar que incipientes avanços aconteceram no campo da educação indigenista, muito embora, por exemplo, as línguas indígenas nunca foram consideradas oficiais da mesma forma que o idioma português recebeu esta distinção. Porém, a educação bilíngüe foi elevada à condição de norma constitucional. Pode-se considerar este fato como que inédito no passado brasileiro e latino-americano.

A respeito disso, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 210 prevê: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

A forma de ensinar indígena também foi reconhecida e garantida constitucionalmente, dizendo que deve ser reconhecido aos membros das minorias nacionais o direito de exercer atividades educativas que lhes sejam próprias – estar-se-ia neste momento privilegiando a pedagogia indígena.

A Lei 6001/73, conhecida como Estatuto do Índio, ainda em vigor, é produzido sob a visão integracionista onde a educação do índio será “orientada para a integração na comunhão nacional mediante processo de gradativa compreensão dos problemas gerais e valores da sociedade”.

A educação bilíngüe no Brasil, por seu contexto histórico, serviu para auxiliar o processo integrativo, sendo preponderante a partir da década de 1970, onde se procurava ensinar a língua indígena através de normas e sistemas ortográficos existentes nas línguas de origem latina consideradas, às vezes de pejorativo com as “civilizadas”.

Quando se perguntou a um professor de história sobre sua compreensão cultural de espaço que os alunos indígenas possuem ele disse:

Se voltarmos um pouco no tempo, uma década e meia atrás, dava para se dizer que a compreensão cultural de um aluno indígena era muito vaga. Mas se perguntar porque? A resposta é simples, pois a educação desenvolvida nas reservas indígenas nas escolas estava

voltada para a integração do índio a sociedade nacional. Os alunos ou indígenas em geral mal conheciam sua história, esta confusão gerada na cabeça do índio muitas vezes fazia com que este negasse a sua origem, de ser índio. Os tempos mudaram e embora exista muito o que fazer nas escolas e comunidades indígenas Kaingang de nossa região. Estamos aos poucos, passo a passo, fazendo com que a educação diferenciada, conquistada por nós como direito de seus primeiros sinais de que é possível se fazer. O trabalho de resgate que está fazendo permite dizer com convicção, que a língua kaingang que estávamos perdendo, hoje a maioria dos alunos fala e escreve. Sabem cantar, dançar, lendas e ritos, que antes não conheciam. Sabem que são descendentes de antepassados que já viviam há 12.000 anos atrás aqui nestas regiões, porque a história também trabalha a história indígena, nesta escola. Portanto é um desafio, mas ao mesmo tempo um orgulho ser índios, pois somos iguais aos outros, somos seres humanos cheios de perfeições e imperfeições, mas acima de tudo membros de uma sociedade brasileira onde ainda temos muito que fazer, para ser melhor. Índio Danilo Braga, professor de História da Escola Estadual de Ensino Médio Fãg Mãg – Posto Indígena Ligeiro – Charrua-RS maio/2004

Diferentes projetos voltados a disciplinar à educação indígena passaram pelo Congresso Nacional, tendo como princípios da educação indígena de um modo geral: a garantia aos índios ao acesso aos conhecimentos da sociedade, com o domínio de seu funcionamento, de modo a assegurar-lhes a defesa de seus interesses e a participação na vida nacional em igualdade de condições, enquanto grupos etnicamente diferenciados; o direito aos processos educativos e de transmissão do conhecimento das comunidades indígenas.

Assim, nenhum índio ou comunidade indígena deve ser obrigado a estudar em escola tradicional, pois tem acesso a uma educação diferenciada e nem tampouco em escola diferenciada. Percebe-se que o reconhecimento da diversidade cultural implica a existência de tradições e costumes que não admitem a participação na educação não-

indígena, independentemente do formato, até porque cada etnia possui suas práticas educacionais próprias. Deve-se criar meios para reconhecer valores próprios de uma identidade étnica distinta, ensinar a valorizar e proteger estes valores, garantir a educação como acesso à cidadania, uma vez que os índios também possuem os mesmos direitos e garantias assegurados a todos os brasileiros.

Neste momento, cabe salientar que as escolas indígenas encontram-se com suas diretrizes regulamentadas através da Resolução nº3, de novembro de 1999. Esta normatização reconhece e garante o respeito à diversidade cultural indígena, conforme transcrição abaixo:

Art. 3º - Na organização de escola indígena deverá ser considerada a participação da comunidade, na definição do modelo de organização e gestão, bem como:

I – suas estruturas sociais;

II – suas práticas socioculturais e religiosas;

III - suas formas de produção de conhecimento, processos próprios e métodos de ensino-aprendizagem;

IV – suas atividades econômicas;

V – a necessidade de edificação de escolas que atendam aos interesses das comunidades indígenas;

VI – o uso de materiais didático-pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sociocultural de cada povo indígena.

Atualmente não se pode mais falar em educação cuja razão maior seja a perda da memória cultural em favor de uma cultura mais “avançada” ou mais “civilizada” conforme os modelo ocidental de progresso. Constitucionalmente hoje, define-se o modelo educacional cuja desvalorização da cultura ou mesmo a sobreposição de valores culturais não é permitida, a fim de evitar-se a inserção mesmo que gradativa de uma cultura considerada “dominante” carregada de valores etnocêntricos e preconceituosos.

A diversidade cultural deve ser o elemento principal dentro de uma prática educacional transformadora, e não a igualdade tida como homogeneização até mesmo dos direitos, oriundos de textos legais

com pouca participação das comunidades indígenas. Não se pode permitir que a educação tradicional seja o elemento desintegrador da cultura indígena com o pretexto de somente através dela alcançar-se a plena cidadania.

O problema maior não é ter direito a uma educação diferenciada, obrigação legal do Estado, mas o modo como se adquire este direito, respeitando-se o constitucionalmente direito estabelecido da diversidade cultural ou identidade étnica, componentes essenciais a etnocidadania.

Os Kaingangs são povos que constroem e reconstróem de maneiras distintas suas próprias culturas, suas formas de viver e de educar as novas gerações. Essas múltiplas maneiras de pensar, de fazer ciência, de se relacionar com a natureza, de construir a vida são inspiradoras para a superação de alguns desafios da prática educativa.

Segundo o Plano Curricular Nacional (MEC – PCN, 1998 p.113)⁴ para a Educação Indígena, a diversidade e especialidade dos povos indígenas quanto ao pensamento, modos de produzir, armazenar, de demonstrar, transmitir seus conhecimentos e concepções sobre o mundo, o homem e o sobrenatural são de processo histórico que os acompanha ao longo de sua existência e lhes proporciona valores, concepções, conhecimentos científicos e filosóficos próprios, bem como informações e reflexões sobre a natureza e a vida social que é passada de geração em geração pela oralidade.

É a partir disto que surge a necessidade de se pensar uma escola específica, elaborada a partir de concepções de cada povo indígena sobre o mundo, o homem, as formas de organização social, política, cultural, econômica e religiosa, onde estes possam usufruir a possibilidade de por em prática suas concepções sobre o que deve ser aprendido, como, quando e por quem, onde a escola não seja vista como único lugar de aprendizagem, pois a comunidade possui sabedoria que também deve ser transmitida.

Embasando a afirmação acima, usa-se o que referencia o MEC, que diz ser o objetivo da escola indígena a conquista da autonomia sócio-

⁴MEC – Plano Curricular Nacional - 1998

cultural de cada povo contextualizada na recuperação de sua memória, na reafirmação de sua identidade étnica, na valorização de sua língua e ciência. A escola indígena tem que ser parte do sistema de educação de cada povo, onde ao mesmo tempo se assegura a tradição e o modo de ser indígena, forneça-se elementos de outras sociedades bem como a compreensão do processo histórico em que estão envolvidos, a percepção crítica dos valores e contra-valores da sociedade envolvente, e a prática da autodeterminação.

A educação é um processo que ocorre de modo distinto por meio de pedagogias e mecanismos próprios em cada cultura. Os povos indígenas Kaingang possuem espaços e tempos educativos dos quais participam a pessoa, a família, a comunidade e todo o povo. Deste modo a educação é assumida como responsabilidade coletiva e tarefa social.

FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO DA RESERVA INDÍGENA LIGEIRO

A partir do projeto de 1846, no qual teve início a política oficial de aldeamento na Província do Rio Grande do Sul, surge a terra indígena do Ligeiro contando em 1850 com 90 índios, descendentes de cinco famílias que são: Braga, Pedro, Elautério, Deodoro e Severiana.

Assim como todas as aldeias indígenas, a reserva do Ligeiro também possui suas particularidades. No setor da educação conta com uma escola estadual que atende a comunidade de pré a 8º série, mantém-se nesta o ensino bilíngüe (a língua mãe). Na saúde, atualmente possui uma farmácia equipada e com médico, dentista e enfermeiros para atender a população indígena. Na agricultura recebe incentivo da FUNAI que auxilia no plantio de soja, milho e trigo. Os indígenas também praticam o artesanato confeccionando balaios, arcos, flechas, anéis, presilhas... para vender no comércio.

A reserva indígena possui alguns problemas como a prostituição de índias e a bebida de álcool (de consumo proibido ao indígena).

São problemas que poderiam ser solucionados, porém a sociedade,

de modo geral, não respeita os direitos do povo indígena, mesmo que estabelecidos em lei.

Dentro da comunidade são cultuadas várias religiões, estas com certeza, tiveram influência do branco, pois para os índios Kaingangs são elementos de culto e adoração a natureza, a água, as plantas, os animais, tidos como deuses. Hoje, as religiões existentes na reserva são cristãs, pode-se citar principalmente a Católica e a Evangélica Quadrangular, entre outras.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A MEMÓRIA DA CULTURA KAINGANG DOS ALUNOS DA RESERVA DO LIGEIRO

A partir das entrevistas feitas com os alunos indígenas questionando-se sobre a procedência, como chegaram a Charrua, objetivos da fixação, culturas de subsistência, calendário agrícola, contagem do tempo, distribuição laboral das atividades e serviços, religiosidade, saúde e educação, pode-se apresentar o que segue:

Segundo relato dos alunos indígenas, os Kaingang que residem em Charrua, vieram de Santa Catarina, fugindo dos bandeirantes, que queriam capturá-los para escravizá-los, procurando se fixar em um lugar de boa sobrevivência. Antes de se instalar no município de Charrua, localizavam-se ao lado esquerdo do rio Ligeiro (município de Sananduva), mas entraram em conflito pela posse da terra com os colonos que residiam no local, tendo assim que se afastar, migrando para o lado direito do rio Ligeiro (município de Charrua).

A orientação era feita por um Kujã, o qual possui muitos conhecimentos sobre a cultura do povo, pois tinha herdado de pessoas mais velhas. De acordo com os depoimentos, esse pajé era guiado por espíritos de seus ancestrais que os orientava para se chegar em um lugar com grandes diversidades naturais e que estas pudessem ser coletadas auxiliando na sobrevivência desse povo.

O plantio era feito através da mão-de-obra com a utilização de algumas técnicas arcaicas como a enxada e o machado. Produziam a mandioca e o milho. A forma pela qual se orientavam para o plantio era

através da lua cheia, pois sabiam que 12 luas cheias formava um ano, na 6ª lua era meio ano, sabendo isso colhiam e trocavam de plantação. Conheciam quando o alimento estava pronto para ser colhido. Entendiam, também que a cada três luas cheia era uma nova estação que se aproximava. As horas eram conhecidas pela orientação do Sol.

A distribuição de tarefas ocorria entre homens e mulheres. Os homens eram encarregados de caçar, pescar e trabalhar na roça, enquanto as mulheres eram responsáveis pelo artesanato, comida e cuidar das crianças. Os ingredientes que iam nas comidas que as mulheres preparavam eram todos extraídos da natureza, como por exemplo, o pisé⁵.

Os rituais de morte e festa em que só os homens participavam com a permissão da natureza. No ritual de morte, ao morrer o índio, tiravam uma árvore, utilizando o tronco (pediam a natureza se ela deixava). Esta árvore tinha que ter mais ou menos 2 metros de altura, enfeitavam e dançavam ao redor dela. Acreditando que ali (na árvore) instalava-se a alma do índio morto, e que depois esta alma iria para o paraíso.

Hoje, devido à influência do branco, se perdeu muito da cultura indígena. E segundo estes alunos índios, como não existem pessoas que possuem muitos conhecimentos sobre o modo de viver de seus antepassados, esses rituais não existem mais, pois, se uma pessoa que não tem muito conhecimento faz, acreditam que um parente próximo possa morrer.

A forma de ensinar, que possui as aldeias, era muito diferente da forma de passar o conhecimento hoje, pois, o saber sobre os rituais, as crenças, as curas, eram passadas por uma pessoa mais velha a qual convidava as crianças para formar um círculo e assim passava-se o conhecimento sobre a cultura. Essa maneira de ensinar não existe mais nem mesmo nas aldeias, pois dentro da tribo há escola formal, a qual passa conhecimentos em diversas áreas, com base no modelo de transmissão de conteúdos à moda européia.

⁵ prato típico dos indígenas kaingang feito a base de milho, mel e carne assada.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O RESGATE DA CULTURA KAINGANG COMO TAREFA DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

O professor deve ater-se ao contexto em que atua, adaptando suas intenções a cada realidade. Por exemplo, o professor que trabalha com os alunos de reservas indígenas poderia ater-se à revalorização da tradição da respectiva aldeia. A cultura deste grupo diferenciado deveria ser valorizado principalmente pela atuação do professor. Valorizando a cultura da comunidade indígena, o professor estará valorizando, e ensinando o aluno a compreender melhor e com maior interesse a sua cultura. Juntos professor e aluno podem iniciar um trabalho de resgate cultural de uma tradição mais antiga que a atual. Nada melhor, para isso, do que escutar o próprio aluno e seu conhecimento adquirido na vivência do dia-a-dia.

O estudo do espaço geográfico deve contemplar a compreensão da realidade na qual os alunos estão inseridos. Assim, o professor de Geografia se torna responsável por estudar e compreender as mais diversas formas de espaço, pois é este o principal objeto de estudo desta ciência.

Em diferentes campos do conhecimento o espaço é estudado e este se refere a um conceito fundamental e pode ser visto de vários enfoques: sociológico, etnográfico, filosófico, psicológico, histórico e geográfico.

Geograficamente o espaço é considerado como território e lugar e é historicamente produzido pelas sociedades, portanto extremamente dinâmico, sendo que os mais diferentes povos irão através do tempo reproduzir estas modificações.

O indígena em sua cultura, compreendendo o espaço irá representar o que para ele tiver maior importância, pois se a caça, a pesca for em sua visão mais significativa, sendo considerada culturalmente sua sobrevivência, é nisto que o índio irá dar maior ênfase na sua representação. Ao contrário, se na visão do europeu, o qual ao longo de sua formação formal adquirir noção e proporção de escala do espaço ele o representará conforme a interpretação dominante.

A cultura deste grupo diferenciado deveria ser valorizada principalmente pela atuação do professor. Valorizando a cultura da comunidade indígena o professor estará valorizando e ensinando o aluno a compreender melhor e com maior interesse a sua cultura. Juntos professor e aluno podem iniciar um trabalho de resgate cultural de uma tradição mais antiga que a atual. Nada melhor, para isso do que escutar o próprio aluno e seu conhecimento adquirido na vivência do dia-a-dia.

Assim, o professor de Geografia cumprirá o seu papel, buscando trazer para a sala de aula conteúdos que se adaptem à realidade desta comunidade, conhecimento que despertam a curiosidade destes educandos, atraindo-os para a escola e não os expulsando quando dos ensinamentos jesuítas que implantaram uma pedagogia tradicional fazendo com que os alunos evadissem e não retornassem à sala de aula.

Desta forma, o professor de Geografia deve ajudar estes alunos índios a captar a inter-relação com o meio que os envolve, começando pelo seu próprio meio e em seguida trabalhando com os conteúdos que fazem parte dos interesses mais diretos do aluno indígena, buscando a partir da vivência destes alunos, valorizar e resgatar o contexto vivido, assim irá sem dúvida facilitar o acesso ao conhecimento científico da Geografia, partindo da verdade do aluno, do seu saber e de sua inquietação, em que possa transcendê-la elevando esse saber, sem ignorá-lo nem destruí-lo, em respeito à cultura intrínseca do indígena kaingang.

É nesse contexto complexo que se destaca a importância do professor de Geografia como um estimulador do resgate cultural, o qual deve compreender as diversas formas de vivência do espaço, a partir de sua realidade, sabendo assim, trabalhar de acordo com as necessidades do aluno, mas sempre respeitando sua cultura e tradição. Com isso o professor e o aluno tendem, ambos, a ganhar. O professor de Geografia pode ser o mediador do processo de aprendizagem, e, este, torna-se mais significativo, sendo que o educando, sujeito desse processo, receberá em troca a sua realidade valorizada e novos conhecimentos, os quais são compreendidos e estimulados pela visão de interesse do professor.

E, é a partir das representações feitas pelos alunos indígenas que se constata que estes têm a mesma visão de qualquer aluno brasileiro, percebe-se que não há mais alunos índios e sim alunos brasileiros. Pois, representam o seu espaço (indígena) da forma como foram ensinados pelo branco, privilegiando a visão aérea com dimensão de escala, embora a visão do índio possa ser mais exata do que a dos brancos em vista do seu contato mais direto com o meio.

Segundo relatos dos professores entrevistados, as dificuldades seriam as mesmas encontradas em qualquer outra escola, como a falta de material pedagógico específico, verbas para a aquisição de instrumentos audiovisuais, salientando que hoje não existe mais a questão cultural do índio, pois os conteúdos trabalhados e a forma de passar o conhecimento são as mesmas que uma escola para não-índios utiliza. Apesar dessa educação padronizada nos últimos anos ocorreu um avanço significativo acerca do resgate cultural e a reafirmação da memória do índio kaingang. Isso se deu quando o ensino nas aldeias privilegiou a formação bilíngüe dos alunos respeito e crédito.

Percebe-se então, que o professor não necessita ensinar de forma diferente, mas precisa aprender junto com o aluno-índio a resgatar a cultura destes. É necessário também que o professor saiba ouvir e aprender com a comunidade tentando manter vivo o pouco que sobrou da cultura. De certa forma, é um exercício de memorização que o professor vai procurar fazer, através da sua própria curiosidade.

O antigo padrão de relação dos kaingangs com o espaço estende-se pela relação do homem com o meio ambiente, o qual foi transformado à medida que suas terras passam a ser delimitadas a partir do século XIX, momento este que são constituídos os aldeamentos (atuais terras indígenas), fruto da necessidade de liberação de terras para a chegada dos alemães (1824) e italianos (1875) no Rio Grande do Sul. E, assim, o processo demarcatório das terras indígenas kaingangs passou a ser o marco inicial da dizimação deste povo, que hoje luta para continuar vivendo no seu espaço e com sua cultura.

E, ao professor de Geografia que se instiga, enquanto profissional, a trabalhar com este tipo de espaço, é importante que compreenda o lugar onde vive e atua, conhecendo a história do local

para entender as coisas que ali acontecem, uma vez que todo lugar é repleto de histórias situadas num tempo e num espaço, contextualizando o espaço maior, obtendo assim, melhor compreensão do mundo como um todo. E, estudar a Geografia passa a ser, então, um instrumento e ao mesmo tempo um desafio constante para se compreender o espaço de cada um.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, I. B. **O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul**. Pesquisa. São Leopoldo, 1976.

BRASIL, República Federativa do. Congresso Federal. **Constituição Federal de 1988**, Brasília, 1988.

_____. Lei 6001, **Estatuto do Índio**, 1973.

CATROGA, F. **O Céu da Memória**. Coimbra : Minerva, 1999.

CASTROGIOVANNI, A C. **Ensino de Geografia: práticas e textualização no cotidiano**. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

LÈVI-STRAUSS; C. **Tristes Trópicos**. Lisboa : Gradiva, s/d.

MARCON, T. (coord.) **História e Cultura Kaingang**. Passo Fundo: UPF, 1994.

NONNENMACHER, M. S. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul (século XIX)** – Coleção História – 32 EDIPUCRS – Porto Alegre: 2000.

SANTOS, S. C. dos. **Educação e sociedades tribais**. Porto Alegre: Movimento, s.d.

SECRETARIA de Educação do Governo Federal do Brasil. Fundamental.
Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia. Brasília: **MEC/**
SEF, 1997.

WEBER, M. **Introdução à Sociologia**. Porto Alegre : Globo, 1974.

Recebido em abril de 2005

Aprovado em setembro de 2005